

Catecumenato Permanente — Depoimento Pessoal* sobre Momentos da “História de Vida”¹

Alberico Baeske

Lembrando grato
Georg Friedrich Vicedom (1903-1974),
que sofreu em vista da Igreja tal qual existe
e lutou para que ela tornasse a ser autêntica
na sua autocompreensão e no seu serviço,
inclusive no Brasil².

Quando o projeto do “Catecumenato Permanente” foi submetido à apreciação do IX Concílio Geral da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) (Cachoeira do Sul/RS, na 3ª sessão plenária — manhã do dia 19/10/74), votei contra³. Foi uma opção pessoal, por força das circunstâncias da época, sem combinação prévia com outros. As particularidades de então eram:

a) a conjuntura nacional: início do governo Ernesto Geisel — na ocasião em absoluto estava claro quem venceria a parada na guerra ferrenha, ininterrupta, travada nos bastidores militares entre este e os grupos de repressão alojados nas Forças Armadas, protegidos, apoiados, sim, premiados com virtual autonomia pela linha dura⁴. O general-presidente — sempre às voltas com a “continuidade sem imobilidade” e no afã da sua “democracia relativa”, aliás “forte”⁵ — só mais tarde falou pública e freqüentemente em “processo de lenta, gradativa e segura distensão” ou “descompressão”⁶. E bem depois ainda começou a praticar tal meta aos olhos da nação, cedendo à pressão popular crescente. Todavia, dentro das limitações da sua ideologia e sob as condições do vaivém político nacional e internacional que ele e a sua corrente vislumbravam⁷;

b) a situação na IECLB: havia apenas esporádicas insinuações referentes ao contexto brasileiro vigente, ansiosamente mantidas nos cofres da Senhor dos Passos ou entre as quatro paredes de gabinetes oficiosos e oficiais do segundo e terceiro escalões da Ditadura Militar — pelo menos essa era a sensação na frente comunitária.

Afora isto, reinava uma permanente desconfiança entre pastores sensíveis aos desafios do quadro sócio-econômico-político e presbitérios, conselhos distritais, regionais e diretor quando se necessitava tomar e finalmente se tomava uma posição, mesmo que fosse a mais inofensiva possível, além do dar esmolas⁸.

c) a minha atividade: primeiro pastor residente no Recife/PE, atendia também os núcleos comunitários em Fortaleza/CE e Belém/PA, de três em três meses, e o de Manaus/AM, duas vezes ao ano. Quer dizer: eu vivia isolado em termos da IECLB, inclusive geograficamente. Pois, em conseqüência de acontecimentos que seria longo descrever agora, evitava correspondência e telefonemas para ventilar concepções e posturas.

Eu tinha três motivos para me opor ao “Catecumenato Permanente” previsto. Entrelaçados, sem dúvida, mas de peso diferente e de gestação distinta.

I

O mais imediato, pessoal e emocional era o seguinte: no Recife se constituíra um grupo interdenominacional chamado Equipe Fraterna (EF), idealizado e organizado num primeiro momento pelos Irmãos de Taizé no Brasil. Desde o seu surgimento eu participava da EF, que, ligada a Dom Helder Câmara, visava antes de mais nada o fluxo de informações fidedignas e o apoio mútuo direto — na época tão vital como o pão diário⁹.

Destacava-se aí o missionário metodista norte-americano Fred Morris, correspondente da revista *Time* e da *Associated Press*. Todos mantínhamos contato com vítimas do aparato repressivo, no entanto Morris de forma especial e mais corajosa, abrigando perseguidos na sua casa. Como tal foi denunciado, descoberto e seqüestrado por elementos do Quarto Exército, ficando cerca de três semanas desaparecido, perdido nos porões da tortura. A EF inteira, bem como membros seus individualmente, procuraram localizá-lo e interceder por ele. Tornaram conhecido o ato arbitrário dentro das possibilidades de então: boca a boca, culminando com vigília ecumênica no templo anglicano.

Depois Morris foi expulso do Brasil¹⁰. A notícia da sua expulsão nos alcançou horas antes do meu embarque para o Concílio Geral (integrava-o pela primeira vez, por ser vice-pastor regional em exercício da função, na Primeira Região Eclesiástica). Sob os olhos de “seguranças”, a EF pôde despedir-se apressadamente do companheiro lá mesmo no aeroporto.

Ao chegar a Porto Alegre, ainda à tarde, solicitei na Senhor dos Passos que a IECLB se manifestasse contra o ocorrido. Negou-se isto alegando que o expulso não seria “obreiro nosso” e caberia à Igreja Metodista protestar. Esta, reagindo à minha interpelação, informou que Morris já há algum tempo seria “missionário licenciado” e nada restaria intentar. Durante o Concílio, mormente nas devocionais e na discussão acerca do “Catecumenato Permanente”¹¹, me veio à mente a sentença de D. Bonhoeffer, autor de *Discipulado*¹²: “Apenas àquele que grita em favor dos judeus é permitido entoar cantos gregorianos”¹³ — isto é: apenas aos que gritam em favor dos torturados e expulsos é permitido entoar “Deus é castelo forte e bom”¹⁴ e discorrer sobre o “Catecumenato/Discipulado Permanente”.

II

O segundo motivo, aguçado pelo transcrito acima, era o jeito como vinha sendo encaminhado o programa do “Catecumenato Permanente”, tanto antes quanto na hora da votação conciliar. Eu achava que os seus idealizadores, formuladores e defensores não levavam em conta a situação nua e crua das comunidades nem *extra muros ecclesiae* e muito menos *intra muros ecclesiae*. Pareciam-me ingênuos, alienados e equivocados a respeito, já que nunca tinha convivido *in loco et concreto* num ponto avançado da IECLB, “perdido, sim — mas perdido a Deus, dependendo unicamente dele”¹⁵; por conseguinte, desconheciam as vicissitudes da IECLB, a saber: a sua condição de extrema diáspora, que só aparece insofismavelmente em suas áreas fronteiriças. Bastava ler o seu texto: quem na comunidade falava assim?; bastava ver quem integrava o grupo de elaboração: onde estavam os presbíteros curtidados em procurar os membros, em congregar, cuidar, defender, organizar, enviar a comunidade e em se sacrificar por ela? Não existiam? Sempre existiram na IECLB, ao menos aqui e acolá. Era preciso ter convívio com linhas de frente, não apenas com a retaguarda.

Sentia, pois, que os idealizadores, formuladores e defensores do “Catecumenato Permanente” não nos podiam entender, às vezes pensava que nem desejavam nos compreender, por embaralharmos os seus quebra-cabeças de escrivinha. Julgava burocráticas as informações que vinham referentes ao andamento dos trabalhos; inúteis as enquetes; e os pedidos de cooperação, “para inglês ver”, ou para o arquivo morto da igreja *qua* confederação de clubes religiosos, sim, fábrica de religião. No papel final a ser sacramentado pelo Concílio eu via se encarnando uma visão de igreja lunática/ilusionista/tapadora de olhos e ouvidos, distante da realidade e da necessidade comunitárias.

O procedimento da mesa coordenadora no ato de votar tão-só sublinhava isto: uma igreja fora de órbita, convicta de que, com um documento concebido assim e deferido por vias administrativas tranqüilas e rápidas, se mudaria algo nela... Irritava-me a conversa que ocorria entre delegados favoráveis ao “Catecumenato Permanente” de que o conclave seria imaturo para decidir “questão de tamanha envergadura”¹⁶. Tinha, isto sim, os seus propagandistas por imaturos que nada entendiam e, ao que tudo revelava, também nada queriam, no fim e no fundo, com as comunidades tais quais eram e agiam. Não as diagnosticavam, logo não as podiam medicar. Eles as encaravam — assim eu sentia — como o seu penduricão, suas cobaias indefesas para experimentos pedagógicos, pastorais ou o que o valha. Diante disso a iniciativa ganhava para mim feições de enganação (inconsciente naturalmente — tanto pior) de todos os envolvidos, a começar pelos propulsores do “Catecumenato Permanente”. E “enganação” sutil desse quilate “dissemina inverdade existencial e, por conseguinte, produz serviço capenga (faz de conta) na e da Igreja”¹⁷.

Assim, considerava o “Catecumenato Permanente” natimorto e desejava

ajudar, com o meu voto contrário e de protesto abertamente declarado, para que fosse de imediato enterrado, a fim de não estorvar a irrupção urgente de penitência e de reforma de base na IECLB.

III

O terceiro motivo da minha oposição ao “Catecumenato Permanente” remontava às minhas primeiras experiências comunitárias na IECLB em 1967: a pergunta pelo modelo de ser Igreja. Isto significava ou uma igreja por nascimento, cujos órgãos missionários são preferencialmente os órgãos reprodutivos (no sentido fisiológico) ou uma Igreja por adesão livre e espontânea, movida pela fé em Jesus Cristo, que é dada *ubi et quando visum est Deo*. Divisava na idéia do “Catecumenato Permanente” uma fixação da IECLB no seu modelo original, a igreja por nascimento; e no desdobramento do “Catecumenato Permanente” uma efêmera operação plástica na aparência exterior da IECLB e uma febril mobilização religiosa no seu interior. Não se mexia no modelo, na igreja por nascimento, para mim sempre a declaração da morte anunciada da IECLB como “Igreja de Jesus Cristo no País”¹⁸ — evidentemente não o seu desaparecimento como guardiã de folclore religioso e prestadora de serviços culturais e de ritos de passagem.

Exatamente aí, bem aí via engajado o “Catecumenato Permanente”. O seu pessoal continuava a oferecer sacrifícios ao bicho-papão, a “nossa igreja”, e não indagava-se ela era o corpo e a noiva de Cristo. Carregava junto, às escondidas, as imagens, como Raquel, em vez de passar o arado na terra que não foi preparada para plantar. Queria seguir em frente, mas se segurava obstinadamente naquilo que se lhe tinha tornado costume arbitrário e cômodo. Procurava a travessia do existente para algo melhor — sem reparar que isto é impossível ao e no povo de Deus.

Típico para esse esforço todo era o detalhamento que se dava à cerimônia cultural chamada “confirmação” e o silêncio com que se encobria a forma de batizar na IECLB. Eu não percebia nenhuma análise comunitária/pastoral sóbria a partir da prática do “batismo de infantes” e da “confirmação”. Nem dos seus resultados inibidores para a fé em Jesus Cristo e a correspondente vida dos “batizados” e “confirmados” na sua congregação localizada e com a mesma no mundo que a cerca. Tampouco notava entranhamento teológico/hermenêutico no Sacramento do Santo Batismo e na cerimônia livre de “confirmação” ao ponto de se questionar se a administração destes entre nós seria responsável, aliás “em conformidade com a palavra de Deus”¹⁹ — sim, se não seria corresponsável pelo marasmo na IECLB, constatado e lastimado por muitos²⁰.

Em resumo: eu ansiava que fôssemos não a igreja das nossas palavras e ações, mas a Igreja sob a palavra e ação de Deus, o qual nos conduz para o seu caminho da penitência, da cruz e da fé sem medo das conseqüências imprevisíveis. Ansiava que fôssemos a Igreja de confissão luterana no sentido das 95 teses de

Martinho Lutero, que principiam com a penitência e terminam com a cruz²¹ e cujos teólogos são teólogos da cruz “que dizem as coisas como elas são”²².

Notas

- * Versão revista e ampliada, inclusive com notas, atendendo a solicitação de companheiros se sempre.
- 1 No tocante à “história de vida” e sua importância para a compreensão do passado, co-geradora do presente, veja: R. SCHÜNEMANN, *Do Gueto à Participação*; o Surgimento da Consciência Sócio-Política na IECLB entre 1960 e 1975, São Leopoldo, Sinodal, 1992, p. 19.
 - 2 G. F. VICEDOM, *Alte Kirche im jungen Raum (Igreja Velha em Cenário Novo [= IECLB])*, *Jahrbuch des Martin Luther Bundes*; Folge 16, Hamburg, Martin Luther-Verlag, 1968, p. 72-102.
 - 3 Cf. Ata do IX Concílio Geral da IECLB, 17-20/10/1974, Cachoeira do Sul/RS, p. 8s.
 - 4 Veja — a partir da movimentação popular — M. H. MOREIRA ALVES, *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, Petrópolis, Vozes, 1984, p. 190-200, 203s., 207, 215, 222s., e — a partir da movimentação governamental — T. SKIDMORE, *Brasil: de Castelo a Tancredo*, 2. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 326-335, 339-349, 360s., 365s., 369-375, 384s.
 - 5 M. H. MOREIRA ALVES, op. cit., p. 186.
 - 6 Daí a caracterização do período Geisel como “abertura lenta, gradual e segura”.
 - 7 Veja M. H. MOREIRA ALVES, op. cit., p. 214, 217-219, e T. SKIDMORE, op. cit., p. 368s., 375, 385-397, 400s., 407s.
 - 8 Alude a esse clima sufocante, embora em retrospectiva histórica distanciada, R. SCHÜNEMANN, op. cit., p. 74-77, 105-119, 132-134, 143-150.
 - 9 Cf. R. E. ZWETSCH e R. MÜTZEMBERG, Nordeste: Desafio aos Luteranos!, *Estudos Teológicos*, 17(1):43, 1977.
 - 10 Cf. T. SKIDMORE, op. cit., p. 331-333.
 - 11 Não menos revoltante era a parte relativa à filiação ou não da IECLB à Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE): Ata referida, p. 3, 6s., 9, 13; veja ainda: R. SCHÜNEMANN, op. cit., p. 107s., 110 (76).
 - 12 D. BONHOEFFER, *Discipulado*, 3. ed., São Leopoldo, Sinodal, 1989.
 - 13 Esta sentença se gravou na memória dos alunos de Bonhoeffer e foi oralmente transmitida por eles (E. BETHGE, *Dietrich Bonhoeffer — Eine Biographie*, München, Kaiser, 1967, p. 685). No mesmo sentido, o próprio, inofismável por escrito: D. BONHOEFFER, *Gesammelte Schriften*, vol. 3, München, Kaiser, 1960, p. 323s., e *Ética*, 2. ed., São Leopoldo, Sinodal, 1991, p. 67.
 - 14 O que o plenário fez ao iniciar a sessão que tratava do “Catecumenato Permanente”: Ata referida, p. 7.
 - 15 H. VOGEL, *Gottes Wort im Menschenmund*; ausgewählte Schriften 1929-1939, Berlin/Stuttgart, Lettner, 1962, p. 122. A formulação citada é do texto “Traugott Untreu auf der Kanzel” — o que me dava ânimo e fôlego naqueles anos.
 - 16 Ata referida, p. 9.
 - 17 G. F. VICEDOM, *Das Dilemma der Volkskirche*, München, Claudius, 1961, p. 92.
 - 18 IECLB, *Documentos Normativos*, 1: Constituição, Tít. I, Cap. I, Art. 1º.
 - 19 Confissão de Augsburg, VII, in: *Livro de Concórdia*, 4. ed., São Leopoldo, Sinodal; Porto Alegre, Concórdia, 1993, p. 31.
 - 20 As experiências, ao mesmo tempo desanimadoras e reveladoras, acerca a) do “batismo de crianças” e b) da “confirmação”, em Esteio/RS e no Nordeste, forçavam-me a me entranhar: ad a) na disputa entre J. Jeremias e K. Aland concernente ao “batismo de crianças”, aprofundada

- por A. STROBEL (Säuglings- und Kindertaufe in der ältesten Kirche [“Batismo de lactentes e de crianças na Igreja mais antiga”], in: *Begründung und Gebrauch der heiligen Taufe*, Berlin/Hamburg, Lutherisches Verlagshaus, 1963, p. 7-69); em colocações de M. LUTERO que me impulsionavam a examinar a Quarta Parte dos Catecismos, sem as viseiras da tradição eclesiástica, p. ex.: Explicações do Debate sobre o Valor das Indulgências, de 1518 (M. LUTHER, *Ausgewählte Werke* [ed. por H. H. Borchardt e G. Merz], 3. ed., München, Kaiser, 1951, vol. 1, p. 165 — hoje: M. LUTERO, *Obras Seleccionadas*; os Primórdios; Escritos de 1517 a 1519, São Leopoldo, Sinodal; Porto Alegre, Concórdia, 1987, vol. 1, p. 81); Relato do Frei M. Lutero, Agostiniano, sobre o Encontro com o Sr. Legado Apostólico em Augsburg, de 1518 (op. cit., p. 67-71 — hoje: M. LUTERO, op. cit., p. 210-214); Do Cativo Babilônico da Igreja, de 1520 (op. cit., 3. ed., vol. 2, p. 193-214 — hoje: M. LUTERO, op. cit., vol. 2, p. 375-392); Da Fé Alheia e do Seu Poder, de 1525 (op. cit., 3. ed., vol. 4, p. 275-284); em: D. BONHOEFFER, *Gesammelte Schriften*, München, Kaiser, 1960, vol. 3, p. 431-454 (referente à questão do Batismo); P. SCHEMPP, *Gesammelte Schriften*, München, Kaiser, 1960, p. 146-158 (a profanação do Batismo); H. DIEM, *Die Kirche und ihre Praxis*, München, Kaiser, 1963, p. 132-164 (pregação e ordem do Batismo); E. SCHLINK, *Die Lehre von der Taufe*, Kassel, Stauda, 1969, p. 109-141 (batismo de crianças). Sucedia assim que não apenas questionava a praxe do “batismo de crianças” (o que sempre fiz, influenciado que fui pelos missiólogos C. Keysser, G. F. Vicedom e W. Freytag), mas que abraçava o Batismo de pessoas impelidas à fé pelo próprio Jesus Cristo, que as anima a almejar este sacramento como esteio vital para a fé e sua verificação prática nos altos e baixos da vida. Esta forma de Batismo me parecia mais perto do Novo Testamento e do intuito original de Lutero e, não por último, mais adequada à edificação da comunidade em nossos dias.
- ad b) em: F. FRÖR, ed., *Confirmatio*, München, Kaiser, 1959; K. WITT, *Konfirmandenunterricht*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1959; P. SCHEMPP, op. cit., p. 107-117 (voto de confirmação?), 118-121 (esboço de um roteiro para a confirmação); W. METZGER, *Die Konfirmation zwischen Gesetz und Freiheit*, Stuttgart, Calwer, 1962; B. HAREIDE, *Die Konfirmation in der Reformationszeit; eine Untersuchung der lutherischen Konfirmation in Deutschland 1520-1585*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1971; H. NITSCHKE, ed., *Worte zur Konfirmation heute gesagt; Predigten der Gegenwart*, Gütersloh, Gütersloher, 1972.
- Daí conclua que a “confirmação” seria uma cerimônia livre, dispensável tanto para o ser cristão quanto para a verdadeira união da Igreja. A “confirmação” nada teria a ver com a importância de determinada idade ou fase de vida e muito menos ainda com o Sacramento do Santo Batismo. Ela seria — e nada mais — a conclusão de uma iniciação na Bíblia, no Catecismo (Menor) e na história da Igreja, visando a participação na Ceia do Senhor e assim na comunidade e sua missão. A “confirmação” apontaria para a confirmação realmente decisiva que o próprio Jesus Cristo efetuará conforme Mateus 25.31-46.
- 21 M. LUTHER, op. cit., 3. ed., vol. 1, p. 31, 38 — hoje: M. LUTERO, op. cit., vol. 1, p. 22, 29 (também: M. LUTERO, *Pelo Evangelho de Cristo*; Obras Seleccionadas de Momentos Decisivos da Reforma, Porto Alegre, Concórdia; São Leopoldo, Sinodal, 1984, p. 35, 43).
- 22 M. LUTHER, op. cit., p. 134 — hoje: M. LUTERO, op. cit., p. 50.

Alberico Baeske
Escola Superior de Teologia
Caixa Postal 14
93001-970 São Leopoldo — RS